

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
Coordenação-Geral de Ensino Médio

Desenvolvimento Profissional de Professores:
Um imperativo na construção da Escola Jovem

Introdução.

O sucesso de nossos esforços em direção à construção de um novo ensino médio que atenda às necessidades de nossos adolescentes e jovens depende, sem dúvida, de nossa capacidade de oferecer oportunidades variadas e inovadoras de formação continuada a nossos profissionais da educação.

Essa exigência, no entanto, não é nova. No passado recente, investiu-se muito, retórica e financeiramente, em estratégias de formação continuada. Tais investimentos, porém, assentaram-se sobretudo na realização de eventos de capacitação, nos quais os professores tomavam contato com as teorias educacionais, com novas metodologias de ensino e com informações atualizadas sobre sua disciplina. Acreditava-se poder provocar a mudança e a inovação na prática pedagógica apenas pelo fato de os professores ouvirem falar nessas mudanças.

Não raro, essa “aprendizagem de ouvido” caía no vazio, pois os professores não experienciavam concretamente novas formas de construção de seu próprio conhecimento, amparadas em uma postura mais ativa e cooperativa. Esse modelo de capacitação “eventual”, isto é, baseada na realização esporádica ou mesmo seqüenciada de grandes encontros, dificilmente alcançava a dimensão de uma legítima formação continuada. Era antes uma formação descontínua, realizada “aos soluços”.

A fim de superar o esgotamento e o fracasso de tal modelo, algumas alternativas foram experimentadas, tal como a introdução de novas estratégias de mobilização, ou antes, de sensibilização, na tentativa de “atrair” e “prender” os professores pela emoção. Sem, contudo, alcançar o intelecto, essa animação de auditório acaba por influir muito pouco no dia-a-dia concreto vivido pelos professores em suas escolas.

A reforma educacional brasileira como um todo e, em particular, a construção da Escola Jovem, exige a revisão dessa experiência e a busca de novas estratégias de formação continuada mais coerentes com os princípios e fundamentos da própria reforma. Isso implica a adoção, por parte dos órgãos responsáveis pela gestão dos sistemas educacionais, de um conjunto mais amplo de estratégias e ações, reunidas sob as

diretrizes de uma verdadeira **política de desenvolvimento profissional** dos professores, gestores e demais profissionais da educação.

O sentido dessa política é não só assegurar e tornar disponível aos profissionais um amplo conjunto de recursos e estratégias de formação e de ampliação de sua vivência profissional e cultural, mas também adotar estratégias que permitam que os próprios profissionais sintam-se responsáveis pelo gerenciamento de sua própria formação continuada e de seu desenvolvimento profissional, na perspectiva da construção de sua autonomia.

Na base dessa política estão dois dos princípios fundamentais de todo o ensino médio e de toda a educação brasileira, claramente presentes na LDB: o princípio da autonomia e o princípio da identidade. O processo de autonomização intelectual e profissional, representado pela adoção dessa política de desenvolvimento, deve contribuir para que professores, gestores e demais educadores sintam-se efetivamente como especialistas em educação, formados e preparados para a importante tarefa que desempenham em nossas escolas, zelando pela aprendizagem e formação integral dos futuros cidadãos.

Dizendo de forma clara, trata-se de superar as posturas bastante correntes de autodesvalorização e de rebaixamento da auto-estima desses profissionais. O sucesso de todo o processo de melhoria de nossa educação baseia-se na construção e na afirmação dessa identidade profissional, amparada em um conhecimento específico do que significa ser educador em nossa sociedade.

Daí a importância, por exemplo, de esses profissionais conhecerem em profundidade a legislação, as normas e os princípios de caráter estético, político e ético que condicionam sua atuação. Ninguém concebe um engenheiro que não conheça o código de obras do município em que atua e, no entanto, muitos de nossos professores não lêem a LDB, a Lei geral que rege seus destinos profissionais, sua formação, seu cotidiano nas escolas e até seus salários, porque alegam não se interessar por esse “negócio de legislação” ou por essas “discussões pedagógicas”.

É claro que muito disso se deve aos ainda baixos salários e às deficiências da formação inicial dos professores e gestores. Mas o fato é que a formação de nossos adolescentes e jovens que estão nas salas de aula neste exato momento não pode esperar por mudanças tão imediatas. Por isso, faz-se necessário agir na adversidade e ser criativo no enfrentamento dessa situação-problema, de modo a superar os desmazelos da formação e das condições de trabalho de nossos educadores.

Assim, a formulação e execução de uma nova política, uma política de desenvolvimento profissional, reunindo esforços dispersos, não só possibilitaria a superação das estratégias descontínuas, como também responderia a toda uma gama de necessidades, deficiências e impasses diferenciados que afetam a prática escolar desses profissionais.

A necessária coerência entre a política de formação continuada e as diretrizes curriculares do novo ensino médio

Essa coerência resume-se no fato de que, uma vez estabelecido o consenso quanto a uma concepção de aprendizagem e de construção do conhecimento escolar, generalizável e aplicável a todas as escolas de ensino médio do país, fica sem sentido supor que o professor poderá aprender e construir seu próprio conhecimento de forma diferente daquela que se entende ser a forma como qualquer um de nós aprende e constrói seu conhecimento.

Por trás dessa afirmação lógica, repousa a noção de homologia de processos, isto é, a convicção de que o que assegura a adoção de comportamentos esperados em momento posterior à formação é a experimentação concreta de tais comportamentos durante a própria formação. Dito de outra forma: se concordamos que a aprendizagem efetiva realizada por nossos alunos não é a repetição mecânica à exaustão de enunciados por parte dos seus professores, igualmente devemos concordar que não serão as conferências e palestras que assegurarão aos professores a vivência íntima dos princípios que deverão presidir as suas práticas na escola. Antes, será necessário que eles vivenciem concretamente a aplicação de tais princípios, que lhes seja dado o tempo necessário de maturação dos mesmos princípios e que lhes seja solicitado que observem, investiguem, analisem e avaliem a própria prática, para, então, em processo de autoconscientização, concluir pelas melhores opções, levando em conta a aprendizagem dos alunos.

E ainda, se concordamos que a aprendizagem de nossos alunos só é significativa quando referida ao mundo em que vivem e às relações que com esse mundo estabelecem, havemos de concordar igualmente que a formação do professor é tão mais eficaz quando referida à realidade com que ele se defronta cotidianamente na escola em que atua. E tanto maior será essa eficácia se essa formação ocorre dentro da própria escola e não a distância, “eventualmente”.

Enfim, se desejamos formar cidadãos conscientes, críticos, ativos e participativos, necessitamos de alunos que sejam conscientes, críticos, ativos e participativos. E se desejamos alunos assim, precisamos de professores que assim o sejam.

Se concordamos acerca desses pontos, restar-nos-á verificar, um a um, os cinco princípios pedagógicos enunciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. São eles: a identidade, a diversidade, a autonomia, a interdisciplinaridade e a contextualização.

1. Identidade e diversidade.

O respeito à identidade de cada escola e de cada equipe escolar, e o respeito à diversidade entre as muitas escolas que integram um mesmo sistema e entre os professores de uma mesma escola implica a necessidade de a formação continuada do professor considerar e se desenvolver nessa mesma identidade e diversidade.

As necessidades e, portanto, as demandas por formação continuada variam de escola para escola e por essa razão a adoção de uma estratégia ou programa único para todos os professores de uma mesma rede raramente resultará em benefício para cada um em particular. Além disso, o reconhecimento e mesmo o estímulo à afirmação da identidade da equipe de professores de uma mesma escola ou de equipes de professores de escolas com características semelhantes favorece o próprio espírito de coesão dessa mesma equipe, constituindo, assim, um poderoso instrumento na construção do projeto pedagógico de cada escola.

2. Autonomia

A identidade e a coesão de uma equipe são a chave para a concretização do dispositivo legal que prevê progressivos graus de autonomia às unidades escolares. Na base da autonomia da escola, está a autonomia de sua equipe de profissionais.

Essa autonomia não se restringe a aspectos financeiros, administrativos e mesmo pedagógicos, encarados sob um viés estritamente técnico. A autonomia em questão guarda muito da mesma autonomia intelectual que se objetiva para os alunos que frequentam a escola. Essa autonomia – de equipe – significa a construção de competências por parte dos próprios professores, para que sejam capazes de enfrentar as situações-problema que surgem no complexo dia-a-dia de uma escola, e para que possam tomar decisões quanto às melhores opções, no que diz respeito ao desenvolvimento do projeto pedagógico, visando à efetiva aprendizagem dos alunos. A autonomia requer também o fortalecimento do potencial de liderança que alguns membros dessa equipe possuem e que poderá vir a habilitá-los ao exercício posterior do cargo de diretor da escola.

3. Interdisciplinaridade

Proporcionar momentos de encontro, discussão e estudo entre as equipes de professores de uma mesma escola permite a eles, por um lado, fortalecer os vínculos de coesão oferecidos pela formação e atuação comum em uma mesma área ou disciplina. Por outro lado, ampliando a abrangência das reflexões, permite a visualização de possíveis articulações interdisciplinares. Será o fortalecimento da experiência de trabalho em equipe a principal estratégia para a construção de um currículo que observe o princípio da interdisciplinaridade.

Do contrário, se as capacitações insistirem em procurar atingir simultaneamente todos os professores de Física ou de Geografia de uma rede de escolas, ao invés de estimularem o convívio e a troca entre professores de distintas disciplinas que atuam em uma mesma escola, provocarão insegurança para que se dê início a um processo de planejamento e execução de projetos coletivos e interdisciplinares nas escolas.

4. Contextualização

Focalizar a formação continuada do professor nas condições concretas e específicas de cada escola para atender às suas necessidades e às de seus alunos, vai além do reconhecimento da identidade de cada escola e do estímulo a seu desenvolvimento autônomo.

Esse redimensionamento da formação continuada implica ainda referir a aprendizagem do professor ao contexto concreto da escola em que atua. Ao invés de ouvir falar de alunos idealizados, de analisar currículos de papel e de imaginar condições materiais que não correspondem ao que ele efetivamente vê em sua escola, na formação continuada, o professor terá como referencial, isto é, tanto como ponto de partida quanto como ponto de chegada, o chão da escola.

A contextualização que dá significado e relevância ao conteúdo da aprendizagem escolar dos alunos é o mesmo princípio que deverá assegurar a construção efetiva de um novo conhecimento por parte do professor. Sem ser imediatista ou pragmática e sem perder de vista a complexidade e abrangência do fenômeno educacional na sociedade brasileira – e no mundo – como um todo, a formação continuada do professor deverá reconhecer na sua realidade cotidiana o laboratório por excelência, no qual experimentará novas metodologias e recursos e reconstruirá um currículo em ação, para e com alunos de carne e osso.

Sintetizando, pode-se caracterizar essa concepção de formação continuada de professores e gestores como sendo uma **formação por demanda** – e não por oferta centralizada; **de equipe** – e não individualizada e fragmentada; **na escola** – e não fora de contexto e sem significado.

Claro que tudo o que aqui se disse não invalida a realização eventual de encontros gerais, para cumprir funções específicas, como a difusão de princípios e políticas gerais e comuns a toda uma mesma rede de escolas. Também não invalida o encontro de profissionais de escolas diferentes, desde que sirva para a troca de experiências e para a ajuda mútua.

A lógica cooperativa do trabalho em equipe que preside a dinâmica de desenvolvimento do projeto escolar, estende-se para fora da escola, na possibilidade de diversas escolas virem a se associar no esforço conjunto para a solução de problemas comuns ou para aprenderem umas com as outras, formando, assim, redes solidárias de apoio mútuo. O norte ideal dessa ação está em as escolas buscarem e concretizarem essa associação de maneira livre e autônoma, independente da interferência dos órgãos de gestão das redes públicas.

Entretanto, enquanto perdurar a nossa experiência ainda pouco autônoma e excessivamente dependente da força indutora dos poderes constituídos e das administrações centralizadas, caberá a estas cumprirem o papel de coordenação, para que tais redes se instalem.

Mais uma vez, repetimos, por trás de todo esse processo de formação continuada está a construção da autonomia. Autonomia de cada indivíduo, aluno ou professor; autonomia de cada coletivo. Não se educa para a autonomia, a não ser no exercício da própria autonomia. A finalidade desse processo, portanto, deve ser a

progressiva autonomização das equipes escolares, no que diz respeito à tomada de decisões que viabilizem a melhoria da aprendizagem dos alunos.

A proposta da SEMTEC para o desenvolvimento profissional dos professores de ensino médio: um processo diversificado, progressivo e contínuo, rumo à autonomia.

Assumindo o papel de coordenador nacional das políticas de implementação da reforma do ensino médio, o Ministério da Educação, por intermédio de sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica, vem trabalhando em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, no sentido de serem adotadas em todo o país ações articuladas, que compõem uma ampla estratégia de desenvolvimento profissional de nossos professores e gestores de ensino médio.

Essas ações podem ser classificadas em cinco grandes conjuntos, que visam atender necessidades específicas das diferentes etapas da implementação das mudanças nas escolas:

- **Difusão** geral de princípios, conceitos e políticas;
- **Apropriação inicial** de princípios e conceitos;
- **Formação continuada** em desenvolvimento curricular;
- **Capacitação** em necessidades específicas;
- **Ampliação cultural.**

A título de sugestão, apresentamos alguns detalhamentos de como se pode proceder em cada caso.

Difusão

Dito de forma metafórica, o papel das ações de **difusão** no âmbito da implementação da reforma educacional é o de “preparar o terreno”, isto é, de preparar os profissionais para as inovações, introduzindo-os nas discussões e, ao mesmo tempo, democratizando o acesso a elas.

Busca-se nessa etapa obter a sensibilização e mobilização, provocando uma espécie de desequilíbrio cognitivo, sobre o qual serão montadas as estratégias mais refinadas de formação continuada. Essa etapa permite ainda um esclarecimento inicial quanto a princípios, conceitos e políticas e orienta o interesse dos profissionais para o uso das ferramentas disponíveis, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a TV Escola.

Apropriação inicial

Vencida a primeira etapa, de contato inicial com as novas disposições legais e com as novas reflexões orientadoras do desenvolvimento curricular nas escolas, é o momento de se desenvolverem ações voltadas para uma efetiva **apropriação**, ainda que inicial, dos princípios e conceitos.

Essa apropriação é alcançada mediante o estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que deve ser realizado nas próprias escolas. A leitura, análise e discussão coletiva propicia a identificação e o encaminhamento das principais questões a serem alvo de aprofundamento em etapas posteriores de efetiva formação continuada. Outro instrumento importante dessa etapa de apropriação de princípios e conceitos de caráter geral são os Parâmetros em Ação, conjunto de oficinas e atividades práticas, que visam a apoiar a leitura e análise dos próprios Parâmetros Curriculares.

Formação continuada

Uma vez difundidos e apropriados os princípios e conceitos, segue-se a **formação continuada** propriamente dita. Programas mais permanentes e flexíveis, apoiados no uso das tecnologias educacionais, como são a TV Escola e o Proinfo, estão à disposição das Secretarias de Educação e das escolas, para o desenvolvimento das estratégias de formação continuada. Respeitada a mesma coerência entre princípios pedagógicos e epistemológicos da reforma e políticas de implementação da mesma, essa formação deve se dar na própria escola, de forma autônoma, embora apoiada ou mesmo induzida pelos órgãos de gestão do sistema.

O uso diário da programação da TV Escola, em particular das séries *Como Fazer?* e *Acervo*, garante aos professores o contato com os conteúdos atualizados das diversas disciplinas e com as inovações pedagógicas. E a série *Como Fazer? A Escola* permite aprofundar as discussões e ações na escola, com vistas ao desenvolvimento do projeto escolar e à melhoria dos processos de gestão do mesmo. Outra estratégia de formação continuada recomendada é a criação de redes de apoio às escolas, em que profissionais das próprias escolas se apoiarão uns nos outros, na busca de soluções para problemas comuns ou semelhantes.

Capacitação

O processo permanente e contínuo de formação permitirá aos gestores do sistema, aos gestores da escola e aos próprios professores identificarem necessidades específicas de **capacitação**, seja no uso de novas tecnologias educacionais, tais como a própria tecnologia audiovisual ou informática, seja na apropriação de conteúdos disciplinares.

Abre-se, nesse momento, a possibilidade de serem postos à disposição aos professores programas mais universais, com a oferta de oficinas genéricas ou o acesso a profissionais e pesquisadores acadêmicos, que poderão apoiar os mesmos na apropriação mais aprofundada de conteúdos específicos, conforme as necessidades identificadas.

Ampliação cultural

Por fim, outra estratégia fundamental para assegurar o sucesso da formação continuada e do desenvolvimento profissional dos professores e demais profissionais da educação é o acesso a bens culturais e da informação, de forma a garantir a **ampliação do universo cultural** dos mesmos.

A defesa dessa estratégia parte do entendimento de que não se pode garantir a efetiva aprendizagem sem que haja uma ampliação do quadro de referências, do repertório de quem aprende. O universo dessas referências constitui espécie de “superfície de aderência”, sem a qual os conhecimentos resvalam, não permitindo que os indivíduos os assimilem, transformando-se no contato com eles.

Portanto, se isso é válido para os alunos, é igualmente válido para os professores. A prática pedagógica apoiada no princípio da contextualização requer profissionais que vivenciem o contato com contextos culturais mais amplos, a fim de que possam incorporá-los em sua prática pedagógica cotidiana nas escolas.

Sugestões de atividades a serem desenvolvidas:

Inicialmente, deve-se levar em conta que o sucesso do desenvolvimento dessa política e desse conjunto de ações depende do efetivo engajamento do órgão gestor do ensino médio no âmbito de cada sistema educacional. Isso implica necessariamente a definição de responsabilidades, isto é, que seja definido claramente dentro de cada órgão o agente responsável por coordenar todos os esforços voltados para o desenvolvimento profissional dos professores e gestores.

Essa definição, entretanto, não se esgota no órgão central da Secretaria de Educação, uma vez que as estratégias recomendadas, apoiadas nos princípios da reforma, requerem ações descentralizadas, que aconteçam simultaneamente no órgão central, nos órgãos descentralizados e nas próprias escolas. É fundamental que cada órgão descentralizado e cada escola identifiquem agentes igualmente responsáveis pela coordenação dos trabalhos.

Em algumas redes, está sendo adotada a figura do coordenador pedagógico geral, ou dos coordenadores de área curricular. Caberá a eles, portanto, a coordenação também desse trabalho. E na ausência dos mesmos, cabe ao diretor da escola chamar a si a tarefa de zelar pelo desenvolvimento profissional de seus professores – e do seu próprio. Na ponta do sistema, isto é, na escola, é fundamental ainda que as estratégias a serem adotadas para assegurar esse desenvolvimento profissional sejam incorporadas ao projeto escolar.

Difusão

Desde o tempo em que se discutia a proposta de regulamentação da LDB e eram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, entre os anos de 1997 e 1998, tanto a SEMTEC quanto as Secretarias dos Estados e do Distrito Federal realizaram uma série de eventos, presenciais ou a distância, e puseram à disposição das escolas e da sociedade materiais informativos, visando tornar públicas as discussões, reflexões e decisões a respeito do novo ensino médio brasileiro. Reuniões técnicas com equipes das Secretarias de Educação, seminários nacionais, regionais e estaduais, vídeos, teleconferências e programas televisivos veiculados pela TV Escola (*Salto para o Futuro e Ensino Legal*) foram realizados, cumprindo uma extensa agenda de eventos.

Desse conjunto, destacamos, para os fins de desenvolvimento profissional dos professores e gestores do ensino médio, a produção e veiculação de materiais televisivos. A SEMTEC produziu, em parceria com a TV Executiva e a TV Escola do Ministério da Educação e com a TV Educativa do Rio de Janeiro, um total aproximado de 60 horas de vídeo, direcionadas à difusão do novo ensino médio, visando a atingir as equipes técnicas das Secretarias de Educação, diretores e professores de ensino médio e até alunos e pais. (Consulte o *Catálogo de Produtos de Apoio à Implementação da Reforma do Ensino Médio*, disponível na internet (www.mec.gov.br – “clique” em “ensino médio”, depois em “o novo ensino médio”, depois no catálogo.).

Todo esse material, à disposição das Secretarias de Educação e escolas, constitui um instrumental rico para ser usado em ações de sensibilização, mobilização e estudo dos diversos agentes envolvidos na implementação da reforma, bastando, para isso, que sejam organizados horários nas escolas e Secretarias – órgão central e regionais – durante os quais os profissionais possam assistir pela primeira vez ou rever os programas, para travar contato inicial ou aprofundar seu conhecimento sobre as principais informações, discussões e reflexões ali presentes.

Muitas Secretarias de Educação e escolas, ao longo dos últimos três anos, fizeram esse trabalho. No entanto, constata-se um número ainda elevado de professores e gestores escolares e mesmo técnicos das Secretarias que pouco ou nenhum contato tiveram com esses materiais. Considerando-se ainda que a quase totalidade das Secretarias realizaram sucessivos eventos, presenciais ou a distância, de difusão dos princípios e políticas, urge acelerar esse trabalho, nos casos em que ainda não se tenha dado, a fim de se evitar uma defasagem excessiva de suas redes escolares e equipes de gestão em relação ao conjunto do país.

Essa defasagem na concretização do esforço de difusão certamente dificultará a correta apropriação das concepções em curso e poderá gerar alguns obstáculos ao melhor aproveitamento dos recursos financeiros e técnicos que estão disponíveis a todas as Unidades da Federação por intermédio do Projeto Escola Jovem e do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio do Projeto Alvorada.

Os passos para esse trabalho poderiam ser os seguintes:

- Consultando o *Catálogo de produtos de apoio à implementação da reforma do ensino médio* e complementando esse catálogo com a produção da própria Secretaria, organizar acervo de todo o material e colocá-lo à disposição de cada órgão central, regional e escola de ensino médio;
- Definir horário de estudo e discussão periódica, preferencialmente semanal, em cada órgão central, regional e escola;
- Selecionar, dentre os materiais disponíveis, artigos da LDB, trechos das Diretrizes e Parâmetros Curriculares, trechos de vídeos e textos diversos que possam embasar as discussões, de forma a assegurar que os principais conceitos e políticas e seu sentido para a reforma tenham sido assimilados por professores e gestores;
- Registrar dúvidas, apreensões, críticas e sugestões e planejar a seqüência do trabalho, de forma a sanar as dúvidas e incorporar as contribuições pertinentes.

Apropriação inicial

Uma vez cumprida a etapa inicial de sensibilização, mobilização e difusão geral da reforma, é necessário avançar no desenvolvimento de um trabalho mais sistemático. A SEMTEC realizou três grandes ações para sustentar essa nova etapa:

- A distribuição de exemplares dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em diversos formatos a todas as Secretarias de Educação e escolas de ensino médio;
- A oferta de um curso presencial em desenvolvimento curricular, de 40 horas, a 7 técnicos por Secretaria de Educação a todas as Secretarias;
- A oferta de um curso presencial de formação de multiplicadores, de 40 horas, para aplicação dos Parâmetros em Ação – Ensino Médio, na Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias a 4 professores por Unidade da Federação, sendo um de Língua Portuguesa, um de Língua Estrangeira Moderna, um de Arte e um de Educação Física.

Ao longo do ano 2001, serão oferecidos cursos semelhantes para as áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

A transição das ações de difusão para ações que propiciem uma apropriação inicial dos princípios e conceitos por parte dos profissionais que atuam no ensino médio brasileiro inicia-se com a própria distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nos quais os princípios gerais de caráter filosófico, epistemológico e pedagógico, estabelecidos na LDB e nas DCNEM, estão referidos, detalhados e exemplificados a cada área curricular e disciplina potencial, para que os profissionais formados nessas disciplinas possam melhor se identificar nos mesmos e dar início ao redimensionamento de sua prática pedagógica a partir disso.

Dando curso ao trabalho de difusão já realizado, é fundamental que se prossiga na realização das dinâmicas de estudo em cada órgão e escola, cotejando-se os diversos materiais impressos e em vídeo, tendo-se como referência as disposições da Lei e das Diretrizes e as sugestões dos Parâmetros.

A título de esclarecimento, registre-se que as séries de teleconferências realizadas em 1999, as séries do *Salto para o Futuro* do mesmo ano e do *Ensino Legal* de 1999 e 2000 foram dedicadas à elucidação e exemplificação das principais questões presentes nas Diretrizes e nas partes dos Parâmetros relativas a cada área curricular. Sendo assim, é perfeitamente possível a organização de roteiro de estudo e discussão combinando-se a leitura de um trecho impresso e de um trecho em vídeo.

Exemplo:

- leitura e discussão dos artigos 35 e 36 da LDB, que estabelecem finalidades e diretrizes para os currículos do ensino médio;
- leitura e discussão do trecho do Parecer CEB/CNE nº 15/98 (DCNEM), item 4.2, que explicita a concepção de aprendizagem do novo ensino médio;
- leitura e discussão do artigo “Currículo e Competências”, do Professor Ruy Leite Berger Filho, publicado no Boletim nº2;
- leitura e discussão de um vídeo - *Fundamentos Epistemológicos*, da série do ensino médio do *Salto para o Futuro* de 1999; ou *Aprender prá quê?*, da série *Ensino Legal* de 1999 ou *Competências*, da série *Ensino Legal* de 2000 - em que se discute o conceito de competências e sua aplicação no currículo escolar;
- leitura e análise dos quadros de competências e habilidades de cada área curricular nos Parâmetros;
- leitura e análise da matriz de competências e habilidades do ENEM;
- análise dos itens da prova do ENEM, para identificar as competências e habilidades avaliadas pelos mesmos.

A leitura, análise e discussão de todo esse material pelas equipes técnicas das Secretarias e pelas equipes de professores nas escolas permite o avanço de um estado de mera informação a um estado de apropriação efetiva do conceito de competências no âmbito da reforma, compreendendo-se desde a fundamentação legal que o determina, passando-se pela fundamentação teórica, até a aplicação prática dos princípios na organização curricular e na avaliação da aprendizagem.

Outros exemplos de dinâmicas de estudo e sistemática de trabalho possíveis foram postos à disposição nos cursos presenciais oferecidos pela SEMTEC, quando diversos materiais e oficinas de aplicação dos mesmos foram repassados aos profissionais capacitados. Pelo seu caráter sistemático e continuado, destaca-se o conjunto de oficinas modularizadas disponível em forma dos Parâmetros em Ação.

Acompanhando o material, as equipes de multiplicadores capacitados e as coordenações de ensino médio das Secretarias de Educação receberam recomendações para a multiplicação e aplicação dos módulos junto às escolas. Tais recomendações resumem-se no que se segue:

- se necessário, devem ser formados mais multiplicadores, no âmbito geral ou por órgãos descentralizados, para apoiar a aplicação dos módulos junto às escolas;
- é fundamental que tais multiplicadores sejam profissionais formados nas disciplinas em que deverão atuar, para que se sintam seguros na condução das atividades junto aos professores e possam dar respostas eficientes e corretas diante das questões que surgirem;
- é fundamental planejar a aplicação gradual dos módulos, levando-se em conta que:
 - todos os professores da área de uma mesma escola devem ser atingidos de uma só vez, fortalecendo-se, com isso, o espírito de coesão e identidade de cada área (pelo mesmo motivo, devem-se aplicar simultaneamente módulos de disciplina e de área);
 - o ideal é que a aplicação se dê dentro de cada escola, mas é possível reunir-se professores de mais de uma escola, nos casos de escolas que contam com pequeno número de professores;
 - a aplicação deve dar-se em etapas, para assegurar a plena assimilação dos conteúdos e permitir uma avaliação processual da própria aplicação.

Formação continuada

Para apoiar os processos de formação continuada dos professores e gestores do ensino médio, a parceria SEMTEC/SEED tem posto à disposição de todos três séries de programas na TV Escola:

- As séries *Como Fazer?* e *Acervo* são voltadas para a formação continuada dos professores no que diz respeito à atualização, de forma prática, de conteúdos de suas disciplinas e à adoção de novas metodologias, recursos e estratégias, a fim de propiciar uma aprendizagem mais significativa pelos alunos. O foco dessas duas séries é a gestão do currículo e da aprendizagem, ou seja, o efetivo trabalho docente com seus alunos.
- A série *Como Fazer? A Escola* visa a apoiar as reflexões dos gestores e das equipes de professores, na busca de soluções negociadas para as problemáticas que afligem as escolas de ensino médio no seu dia-a-dia. O foco dessa série é a construção do projeto escolar como um todo, apoiando as escolas na adoção de definições doutrinárias e de estratégias de sobrevivência.

A grande vantagem dessa programação é contar com a participação de profissionais da educação – professores, gestores de escolas e de sistemas – que conheçam de perto a realidade escolar e ofereçam sugestões de trabalho de fácil entendimento e execução na escola. Além disso, o material em vídeo é

acompanhado de fichas impressas que contêm os esclarecimentos e sugestões de trabalho dos especialistas, para facilitar a apropriação dos mesmos pelos professores.

A organização de uma estratégia de formação continuada apoiada na programação da TV Escola pressupõe:

1. Por parte dos coordenadores de ensino médio das Secretarias de Educação:

- A efetiva e permanente articulação com a coordenação de educação a distância ou equivalente da respectiva Secretaria de Educação;
- O levantamento sistemático e atualizado da situação das escolas quanto à disponibilidade de equipamentos para recepção e gravação dos programas; sua manutenção e uso efetivo pelos professores, envolvendo nesse trabalho os órgãos descentralizados, que devem organizar visitas sistemáticas às escolas, a fim de avaliar as condições de oferta e uso da programação;
- A previsão, no repasse às escolas, de recursos para a manutenção dos equipamentos e aquisição de fitas de vídeo para a gravação dos programas;
- A organização de acervos completos nos órgãos centrais e, preferencialmente, em cada órgão descentralizado, para suprir as escolas na oferta dos vídeos, ante qualquer falha que venha a ser observada;
- A orientação às escolas para que disponham de um responsável pelo desenvolvimento do programa, implicando isto cuidar do equipamento, do acervo e do uso pedagógico na formação continuada dos professores e/ou na aprendizagem dos alunos;
- A divulgação de experiências de utilização dos vídeos junto a outras escolas, a fim de disseminar o uso e as reflexões que proporcionam.

2. Por parte dos gestores das escolas – diretores e coordenadores:

- A manutenção dos equipamentos e do acervo de vídeos e materiais relativos a eles;
- A informação permanente aos órgãos gestores do sistema quanto à situação dos equipamentos e do uso da programação;
- A organização de tempo e espaço para que os professores assistam aos vídeos, discutam e planejem atividades usando os mesmos;
- A coleta das demandas e necessidades específicas dos professores e a orientação aos mesmos quanto aos materiais disponíveis, para que possam assisti-los e planejar seu uso;

- A identificação de novas possibilidades de organização da dinâmica curricular, para superar a seqüência linear e seriada, apoiada em “pré-requisitos”, substituindo-a progressivamente por uma dinâmica de organização de redes de competências, conceitos, contextos e valores;
- A avaliação permanente do trabalho efetivo desenvolvido pelos professores, usando os vídeos.

3. Por parte dos professores:

- A participação em reuniões de estudos, análise e planejamento;
- A experimentação de novas estratégias de aprendizagem com ou a partir dos vídeos;
- A troca de experiências, bem ou mal sucedidas, com os colegas e a divulgação de seus relatos junto aos gestores da escola e do sistema ou diretamente ao Ministério, por intermédio da *internet*;
- A autoavaliação constante do uso do material.

Às três instâncias – gestores de sistema, gestores de escolas e professores – cabe ainda encaminhar críticas e sugestões diretamente ao Ministério – TV Escola ou Coordenação-Geral de Ensino Médio, a fim de orientar as novas produções, para que atendam às demandas específicas das escolas e sistemas.

Outra importante estratégia de formação continuada recomendada pela SEMTEC é a constituição de redes de apoio à escola, isto é, de redes solidárias centradas no princípio de que semelhantes formam semelhantes, com impacto decisivo na valorização e na auto-estima de nossos profissionais e ainda no desenvolvimento do espírito de participação solidária.

Para um detalhamento da concepção e da estratégia de constituição dessas redes, ver texto anexo.

Capacitação

O desenvolvimento de estratégias e ações variadas de difusão, apropriação inicial de conceitos e princípios e de formação continuada poderá indicar a necessidade de ações mais específicas, para atender a deficiências identificadas nesse processo impossíveis de serem superadas pelos materiais, recursos e metodologias postos à disposição. Daí a possibilidade de adoção de estratégias aparentemente mais tradicionais, apoiadas na oferta de cursos e oficinas presenciais ou a distância, que permitam aos professores o domínio de conteúdos atualizados em suas disciplinas ou do uso de metodologias, recursos e tecnologias.

Cabe aos gestores das escolas a identificação dessas necessidades, encaminhando as demandas aos órgãos gestores de sistema, para que sejam oferecidas oportunidades de capacitação específica, em articulação com profissionais, órgãos ou instituições adequadas.

No caso de necessidade de capacitação em informática, as Secretarias contam com o apoio dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs), desenvolvidos no âmbito do ProInfo, espalhados por todo o país, em número de 242, que têm como uma das funções prestar assistência técnica e apoio à formação de profissionais da escola, para uso pedagógico da informática.

Ampliação cultural

Última estratégia para o desenvolvimento dos professores, mas não menos importante, a ampliação cultural mediante oferta direcionada pelas Secretarias de Educação de oportunidades de acesso a bens culturais e da informação é fortemente estratégica como forma de requalificar a formação de nossos professores, assegurando-lhes o “repertório” ou a “superfície de aderência” necessários à assimilação e incorporação do novo pedagógico.

Valem aqui todos os esforços, no sentido de proporcionar aos profissionais da educação o acesso e o contato com manifestações e vivências culturais diversas, tais como:

- a distribuição de ingressos para espetáculos;
- a oferta de livros, vídeos, cds, jornais e revistas aos professores ou às escolas;
- a promoção de eventos, como exposições, feiras, seminários e espetáculos diversos;
- viagens, estágios, intercâmbios nacionais e internacionais;
- premiações diversas em bens culturais no caso de serem adotadas estratégias de valorização e incentivo aos profissionais, mediante a identificação e premiação de experiências inovadoras;
- o cofinanciamento para a compra de computadores e outras ações que, compensando as deficiências materiais dos profissionais no que diz respeito ao consumo de bens culturais, possam enriquecer seu repertório e, no mesmo movimento, enriquecer sua prática curricular.